

O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA DO BRASIL

Leonardo Dirceu de Azambuja¹
leonardodirceuazambuja@gmail.com

Resumo

Objetiva-se com este artigo refletir sobre o ensino da Geografia por meio da interpretação de elementos mostrados nos livros didáticos desta disciplina escolar. O livro didático é referência para periodizar e analisar a trajetória de mudanças e permanências nas práticas de ensino. Periodizar é fazer escolhas de leitura do processo. Definimos então o período desde o início do século XX até a década de 1960, situando o uso dos manuais didáticos de Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo como de consolidação da Geografia Escolar brasileira. A Lei 5692/71 instituiu o ensino de 1º e de 2º graus, marcando o período educacional no qual identificamos uma diversidade de manuais didáticos de Geografia. Mantém-se o paradigma geográfico de a Terra e o Homem, do período anterior, porém, nesse novo momento, o material vem acrescido de estudos dirigidos na forma de cadernos de exercícios, para uso dos alunos. Ainda, algumas coleções didáticas apresentam mudanças teóricas e metodológicas instigadas pelo movimento da Geografia Crítica. No terceiro período, iniciado nos anos de 1990, os livros didáticos passam a ser elaborados e avaliados considerando os Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação Básica e os critérios estabelecidos pelos Programas oficiais de distribuição de livros didáticos instituídos pelo Ministério da Educação.

Palavras-chave

Livro didático, Ensino de Geografia, Geografia do Brasil.

THE TEXTBOOK AND THE TEACHING OF GEOGRAPHY OF BRAZIL

Abstract

Objective with this article reflect on the teaching of geography through interpretation of the elements shown in textbooks of this school discipline. Textbooks become a reference to periodize and analyze changes and continuities in teaching practices. Periodize is choosing different ways to view the process. We then define a period from the early 20th century until the 1960s, placing the use of the textbooks written by Delgado de Carvalho and Aroldo de Azevedo as the consolidation of Brazilian school geography. The Law 5692/71 established the geography teaching at 1st and 2nd grades. This educational period was characterized by a diversity of geography textbooks. From the previous period, the Geographic paradigm of the Earth and the Man is kept. However, in this new moment the school books do experience changes: activity oriented books as well as theoretical and methodological changes instigated by the movement of Critical Geography. In the third period, which began in the 1990s, textbooks started being developed and evaluated considering the

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor Depto. Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Endereço: Av. Colombo, 5790, Zona 7. CEP 87030-121. Maringá/PR.

National Curriculum for Basic Education and the criteria established by the Official programs for the distribution of textbooks introduced by the Ministry of Education .

Keywords

Textbook , Geography teaching, Geography of Brazil.

O livro didático é parte da cultura escolar e, quando utilizado como manual de estudo, inclui o conteúdo-forma das disciplinas escolares trabalhadas na Educação Básica. Essa condição faz do livro didático referência para periodizar a trajetória das práticas de ensino da Geografia do Brasil, identificando períodos por meio dos quais podem ser analisadas as mudanças e permanências do como e do que é estudado na escola básica.

Periodizar é fazer escolhas sobre o que destacar como significativo na interpretação da realidade. Neste estudo, a periodização que elaboramos acompanha transformações na escola e nos livros didáticos referidas ao ensino da Geografia do Brasil. Definimos então, três períodos ou tempos de consolidação da Geografia Escolar brasileira.

O primeiro período, desde o início do século XX até a década de 1960, predomina o uso dos livros didáticos de autoria, inicialmente de Delgado de Carvalho e, no momento seguinte, de Aroldo de Azevedo. Os manuais didáticos atendiam as necessidades programáticas do curso primário, com duração de cinco anos letivos, do curso ginásial com quatro anos letivos, e dos demais cursos secundários com três ou mais anos letivos.

A vigência da Lei 5692/71 instituiu o ensino de 1º grau de oito anos e de mais três anos de 2º grau, marcando um novo período educacional no qual identificamos uma diversidade de manuais didáticos de Geografia. Mantém-se o paradigma geográfico da Terra e do Homem, consolidado no período anterior, mas nesse novo momento, o material didático vem acrescido de técnicas de estudos dirigidos fornecidos em cadernos de exercícios, disponibilizados para uso dos alunos. É ainda nesse contexto, que algumas coleções didáticas apresentam a inclusão das mudanças teóricas e metodológicas instigadas no debate identificado pelo movimento da Geografia Crítica e de renovação na didática escolar.

A organização curricular foi novamente alterada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96. O ensino de 1º grau passa a ser onível de Ensino Fundamental, agora com nove anos letivos e, o ensino de 2º grau passa a ser o nível de Ensino Médio, mantendo a duração de três anos letivos. Essas mudanças

contextualizam o terceiro período, iniciado na segunda metade dos anos de 1990, com a elaboração e publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Os livros didáticos passaram a ser elaborados e avaliados, considerando essas novas bases curriculares e os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD instituído pelo Ministério da Educação.

O presente texto objetiva refletir sobre o ensino da Geografia do Brasil por meio da identificação e interpretação de elementos mostrados nos livros didáticos desta disciplina escolar. As mudanças e permanências em cada um dos citados períodos de organização curricular são relacionados aos conteúdos das referidas publicações. Esta elaboração tem origem na tese de doutoramento intitulada “A Geografia do Brasil na Educação Básica (2010)”, defendida pelo autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina.

A Geografia de Delgado de Carvalho a Aroldo de Azevedo

A Geografia do Brasil, publicada por Delgado de Carvalho, é referência para a Geografia Escolar brasileira. A primeira edição foi publicada em 1913. Na 4ª edição, consta em nota redigida pelo autor: “Pela primeira vez passará a Geografia do Brasil a formar um único volume.” (CARVALHO, 1928) O nosso estudo tem como fonte a 9ª edição, publicada em 1938.

O modelo de análise geográfica e ou de tematização, contido nesta obra, é assumido ao longo do século XX para a definição dos programas de ensino e, por consequência, para a elaboração dos manuais didáticos. Consta de uma primeira parte geral ou da Geografia Geral do Brasil, e de uma segunda parte, com a Geografia Regional do Brasil.

Na parte geral desenvolve-se inicialmente a “situação geográfica” e a definição das fronteiras nacionais. Apresentados esses aspectos gerais, na sequência, o estudo é relacionado com a natureza, por meio dos temas: relevo, litoral, clima, hidrografia e recursos naturais, incluindo as fontes de energia, os recursos do mundo mineral, vegetal e animal. O estudo do Homem desenvolve-se com os temas da população e do Estado e, na parte seguinte, da economia.

A temática da população inclui a formação étnica (indígena, africana, europeia e mestiça), cultural (língua e religião) e, ainda, as informações relacionadas aos censos demográficos e às cidades.

Sobre o Estado consta o estudo da divisão política, informações sobre cidades principais e da organização do governo – os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e, ainda, das instituições públicas da educação.

Quanto à economia nacional, inicialmente são apresentadas as condições gerais do solo e, na seqüência, a agricultura, tipos de produtos, zonas de cultivo e de criação, as indústrias extrativas e manufatureiras, os transportes e o comércio.

Ao desenvolver a segunda parte do programa e do manual didático, o autor expressa a diferença de objetivos quanto aos estudos gerais e regionais.

O estudo da **geographia geral** do Brasil, que até aqui foi feito, teve por objetivo mostrar, no seu conjunto, como se distribuem pelas áreas do país as principais feições *physiographicas*: relevo, climas, águas, vegetação e os factores *demographicos* exploradores de riquezas naturais. O problema da **geographia regional** tem agora por fim uma revisão das feições e destes factores, não sob o ponto de vista das unidades administrativas ou Estados, mas sob o ponto de vista das unidades *geographicas* que existem no país. (CARVALHO, 1938, p. 241, grifo do autor).

Por unidade geográfica entendem-se as unidades ou regiões naturais, e não as “creadas pelo homem, pelas tradições históricas ou pela conveniência política, mas dictadas pelos meios em que o homem vive” (CARVALHO, 1938, p. 241). As regiões naturais são definidas pelos “meios *geographicos*”, caracterizados nas condições de relevo, clima, recursos minerais, vegetais e animais e por suas condições de vida e de trabalho.

Cada região forma um *typo* social humano, amoldado a suas exigências naturais. A região natural é, pois, a base da divisão *geographica* racional que permite estudar os grupos humanos, compreendendo as razões primordiais de suas características locais. (CARVALHO, 1938, p. 242).

Define, também, um esquema metodológico para o estudo das regiões, salientando que não se trata de uma simples repetição do que é trabalhado como Geografia Geral do Brasil sendo que para cada uma das regiões,

[...] deve ser refeito um esboço do quadro *geographico* em uma **descrição geral**, segue-se para a localização dos centros históricos e das cidades, uma **descrição política**, regional também, e por fim uma **descrição especial**, formada por pequenas monografias que mais em detalhe revelam a actividade humana neste quadro e nestes centros políticos. (CARVALHO, 1938, p. 242, grifo do autor).

A descrição geral corresponde a Geografia Geral – física e humana, a descrição política, a um quadro geral de localização, de informações históricas e demográficas dos estados, territórios federais e cidades. Já a “descrição especial”

corresponde ao conjunto de informações elaboradas a partir dos aspectos econômicos, culturais e de formação das respectivas sociedades regionais.

Outro autor paradigmático da Geografia Escolar brasileira é Aroldo de Azevedo. Sua obra didática segue o mesmo esquema de análise e de tematização definido por Delgado de Carvalho. O quadro comparativo (Quadro 1), a seguir, explicita essa semelhança.

Delgado de Carvalho	Aroldo de Azevedo
Geografia Geral do Brasil Situação geográfica Fronteiras terrestres Relevo Littoral Clima Hidrografia Recursos Naturais População Os Estados Economia Nacional	Geografia Geral do Brasil A Terra – Aspectos gerais. Relevo. Litoral. Climas. Hidrografia. Vegetação e fauna. O Homem – A população brasileira. Os tipos étnicos. Imigração e colonização. Línguas e religiões. O alimento e habitação. As fronteiras. A organização político-administrativa. A Economia – Transportes terrestres. Navegação e Aviação. Pequena história da economia. A vida e as riquezas agrícolas. Indústrias extrativas vegetais e minerais. Indústria de transformação. Comércio.
Geografia Regional do Brasil	Geografia Regional do Brasil

Quadro 1: Quadro comparativo, Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo

Fonte: Obras didáticas de D. Carvalho e A. Azevedo. Elaboração do autor.

A importância da produção didática de Aroldo de Azevedo deve-se, principalmente, à presença marcante dos manuais deste autor nas escolas brasileiras, um dos responsáveis pela consolidação do paradigma a Terra e o Homem na Geografia Escolar brasileira. Ainda, por meio desse conteúdo escolar é desenvolvido a ideia de formação patriótica das crianças e da juventude, posicionamento este explicitado já na primeira edição do livro, destinado para a terceira série ginasial. Afirmava então Azevedo (1950, p. 7):

Quem percorrer suas páginas há de sentir que jamais procuramos esconder a realidade ou falsear os fatos; mas há de verificar, também, que as escrevemos dentro de um sentimento de profunda e absoluta confiança no papel que o Brasil vai representar em futuro não muito remoto. [...] No momento em que os estudos geográficos passam por tão animadora transformação, é com alegria que entregamos este compêndio ao magistério e a mocidade estudiosa do país. Que ele possa levar consigo um pouco de nossa fé nos futuros destinos do Brasil.

Conforme Wilson dos Santos (1984), Aroldo de Azevedo editou 30 livros didáticos, sendo 23 para o curso ginásial, cinco para o curso colegial, um para o curso primário e um para o programa de admissão ao ginásio. Foram mais de 12 milhões de exemplares vendidos no período de 1936-1975. Todas as publicações foram de responsabilidade da Companhia Editora Nacional, com sede em São Paulo.

Assim, considerando a influência decisiva desse autor na formação da Geografia Escolar brasileira e, em particular, para o ensino da Geografia do Brasil, vamos detalhar alguns aspectos das suas publicações didáticas no que se refere aos conteúdos escolares relacionados com o nosso país. Tomamos como base os livros de Geografia do Brasil destinados para as terceiras e quartas séries ginásial.

No livro da terceira série ginásial, a Geografia Geral do Brasil é trabalhada nas três partes consagradas para os manuais didáticos desse autor: a Terra, o Homem e a Economia.

A Terra: A Terra ou o estudo da natureza estrutura-se em capítulos: relevo, litoral, clima, hidrografia, vegetação e fauna. É um texto descritivo e informativo, refletindo a intencionalidade de apresentar um quadro natural, equilibrado e sem grandes obstáculos, ou ainda, apresentando as condições favoráveis ao desenvolvimento do país. Ao situar o Brasil com sua forma triangular, tal como o continente sul-americano, o autor manifesta esse otimismo sobre o ambiente natural. Diz então:

Nesse 'triângulo' de terras tropicais não há exageros nem excessos. Não conhecemos os calores de abrasar, nem os frios enregelantes. Não possuímos regiões desérticas, nem assistimos às chuvas torrenciais a cair durante semanas a fio. Nosso relevo apresenta modestas altitudes, sem trechos intransponíveis. Nossos rios, gigantescos alguns, não costumam ocasionar inundações devastadoras e catastróficas, a não ser excepcionalmente. A idade e a natureza de nossas rochas dão-nos a certeza de que jamais teremos vulcões nem precisamos ter receios dos tremores de terra. (AZEVEDO, 1950, p. 15).

A ausência de formações montanhosas, comparadas com os Alpes, os Andes ou as Rochosas, é saudada como uma vantagem. O relevo do Brasil é representado pela formação de planaltos, planícies e depressões, com destaque para "serras e chapadões", quebrando a monotonia das feições topográficas.

O litoral brasileiro é apresentado em três divisões condicionadas à localização: setentrional, oriental e meridional. Um conjunto de informações relacionadas à posição geográfica, à plataforma continental, à profundidade, às correntes marítimas, marés, salinidade e temperatura, e também à localização de ilhas e

arquipélagos, são objetos de estudo nitidamente voltados ao destaque dos recursos naturais ali existentes.

Para o estudo dos climas brasileiros o texto apresenta as regiões e ou subtipos, modalidades ou variações mais específicas dos tipos climáticos, tropical e temperado, considerando também fatores como latitude, altitude em relação à temperatura, regime de chuvas e dos ventos, marcando a existência de climas favoráveis à atividade humana. Conforme destaca o autor, “Esse belo e variado clima do Brasil – clima que não conhece excessos de calor e de frio, livre de ciclones e de fenômenos catastróficos” (AZEVEDO, 1950, p. 58).

Esse entendimento de equilíbrio climático é observado na relação das chuvas e o regime dos nossos rios, quando o texto trata da hidrografia.

De fato, são as chuvas mais abundantes nos meses de verão que alimentam a maior parte das bacias hidrográficas do Brasil. Daí a circunstância de se registrarem de janeiro a março as épocas de cheias de grande parte de nossos rios. As águas põem-se a subir lentamente, volumosas e barrentas; as várzeas ribeirinhas vêm-se inundadas por algum tempo; mas não tarda que o rio volte de novo ao seu leito normal, sem que se verifiquem catástrofes ou devastações inesperadas. (AZEVEDO, 1950, p. 62)

Os rios são apresentados como complementos indispensáveis da paisagem. São identificados em três grandes bacias fluviais: Amazônica, Platina e do São Francisco. O texto didático de Aroldo de Azevedo localiza e identifica os rios que formam cada umas das bacias utilizando expressões que vêm reforçar as identidades regionais e também a nacional: oceano de água doce – Rio Amazonas; a trindade platina referindo-se aos rios: Paraguai, Uruguai e Paraná; ou a denominação de Rio da Unidade Nacional, atribuída ao Rio São Francisco.

Associado ao relevo e à hidrografia e, ainda, com a influência marcante das condições climáticas, os conteúdos didáticos incluem a temática da vegetação e da fauna brasileira. É importante destacar essa associação entre os vários elementos que compõem o quadro natural do Brasil. Consta do texto:

De fato, se examinarmos um mapa fitogeográfico do Brasil, haveremos de verificar que as grandes paisagens botânicas correspondem aos grandes tipos de clima: nas regiões quentes e úmidas, aparecem as florestas exuberantes e compactas, de que são belos exemplos as matas da Amazônia e da Serra do Mar; no Planalto Brasileiro, onde menor se torna a quantidade de chuvas, vamos encontrar as paisagens mais pobres que fazem lembrar as ‘savanas’ de outros continentes e que constituem os nossos campos e as famosas catingas do Nordeste. (AZEVEDO, 1950, p. 79).

A vegetação brasileira é identificada nas formações florestais da Amazônia e da Mata Atlântica, de campos e caatingas, constituindo importantes riquezas naturais. Para completar a versão positiva da descrição do quadro natural brasileiro é dado saber sobre a fauna representada por “uma quantidade de animais, com características próprias, que não se destacam por seu tamanho nem por sua ferocidade” (AZEVEDO, 1950, p. 86).

O Homem: A segunda parte inclui o estudo da população e do Estado ou da organização política e administrativa. Para o estudo da população brasileira, o autor apresenta inicialmente dados censitários sobre crescimento, distribuição e densidade populacional; identifica centros urbanos e estados mais populosos. Os capítulos do referido material didático tematizam, na sequência, os tipos étnicos, imigração e colonização, línguas e religiões, o alimento e a habitação.

Sobre a formação étnica, o texto destaca a maioria branca, com origem nas diversas nacionalidades européias; uma minoria de turcos, de sírio-libaneses e japoneses; os mestiços (mulatos, caboclos e mamelucos), destacando nesta mestiçagem os tipos regionais: vaqueiro do nordeste, caipiras ou capiau mineiro-paulista, e no sul, o gaúcho.

Uma imagem, com matiz de preconceito, aparece com referência à formação da população negra e ameríndia, mesmo quando a intenção é a de destacar qualidades:

O negro brasileiro é geralmente um forte. Seu gênio é pouco expansivo, sua índole é pacífica e propícia à submissão. Supersticioso, aprecia a prática de ritos fetichistas. Introduziu inúmeros vocábulos em nossa língua, assim como exerceu influência sobre a música brasileira e sobre muitos de nossos costumes. (AZEVEDO, 1950, p. 107).

Também a população indígena é considerada “de fora”, na medida em que influenciou na formação cultural brasileira. O branco europeu seria, então, o “dono da casa”. Essa ideia é passada à medida que o texto explicita o entendimento de que a maior parte da população indígena vive completamente isolada da civilização. “Apenas 200 mil índios se encontram em contato com os civilizados, através do Serviço de Proteção aos Índios e das numerosas missões religiosas” (AZEVEDO, 1950, p. 109-110).

Ainda, sobre a população, é incluído o estudo das correntes de imigração portuguesa, desde o século XV, e de europeus não ibéricos, nos séculos XIX e XX, com destaque para as formações coloniais do Sul do país. As temáticas da língua e da religião, da alimentação e da habitação também integram o conteúdo didático, enfatizando as relações desses aspectos com as influências do meio físico e das origens étnicas e culturais da população.

Sobre a formação territorial há destaque para o estudo das fronteiras. Três fatores são apontados como determinantes da nossa grandeza territorial: o bandeirismo, a expansão do gado e as missões religiosas. Seguem estudos específicos sobre as fronteiras setentrionais, orientais e meridionais.

O conteúdo referente ao mapa político do Brasil, identificando, localizando e explicitando informações sobre os Estados, Territórios e Distrito Federal, compreende a apresentação geral da organização político-administrativa das unidades federativas de então.

A Economia: A parte da economia completa o quadro da visão panorâmica do Brasil. O primeiro tema estudado é o dos transportes terrestres, de navegação e de aviação. Nos transportes terrestres identifica a formação dos caminhos relacionados à atividade de mineração e com o gado. O desenvolvimento das vias férreas e das rodovias deu-se a partir do surgimento dos veículos automotores. Isso sem deixar de referenciar os meios de transportes, localizados regionalmente, os quais faziam uso da força animal: carros de boi, uso do cavalo e da tropa de burros.

A navegação pelo mar é apresentada como uma forte alternativa de transporte. “Nos tempos coloniais, quando alguém desejava ir do Rio de Janeiro até a cidade do Recife ou ao Pará, não podia ter dúvidas: esperava o primeiro navio que o levasse até lá através das águas do Atlântico” (AZEVEDO, 1950, p. 176). Apresenta algumas informações sobre a navegação de cabotagem entre os portos brasileiros e sobre a navegação de longo curso, ligando com países de outros continentes. Ainda, a navegação fluvial faz parte do estudo, relacionando o uso precário desse recurso às dificuldades naturais apresentadas em rios de planalto.

Sobre aviação comercial, o conteúdo referencia as condições favoráveis de clima, relevo e litoral às grandes distâncias, correspondendo com a extensão do território nacional. Destaca o pioneirismo de Santos Dumont, a formação de empresas como a Varig e a Panair do Brasil, a aviação militar e os serviços do correio aéreo.

A formação histórica da economia brasileira é descrita com base nos grandes ciclos econômicos. “Em todas as épocas, vamos encontrar uma riqueza que predomina sobre as demais de modo absoluto: o pau-brasil, o açúcar, o ouro, o café, etc.” (AZEVEDO, 1950, p. 187). Para cada um dos períodos é informada a região de abrangência, os sujeitos sociais e econômicos envolvidos e as condições naturais existentes. No século XX, o desenvolvimento da industrialização e da policultura na agricultura identifica outro momento da economia brasileira.

O estudo da economia agrícola é organizado em capítulos com foco em temas específicos. As condições favoráveis de abundância de terras, clima, solo e pastagens naturais reforçam a ideia de “um grande país agrícola”. As questões da mão-de-obra indígena, escrava africana, trabalho livre de imigrantes, pioneirismo do caboclo; as relações de trabalho (meeiro, familiar, trabalho nas fazendas); as tecnologias de produção (arado, adubação orgânica, canais e açudes); o combate às pragas (formiga saúva, broca do café); os processos de trabalho (roçada, derrubada, queimada, plantio e colheita); a localização e o destino da produção são aspectos incluídos nesse conteúdo escolar.

Um dos capítulos destaca os três maiores produtos: café, algodão e milho. Outro identifica a produção de arroz, açúcar, mandioca, feijão, frutas, batata, fumo e cacau; a criação de gado: bovino, suíno, ovino, equino, asinino e muar. Além da pesca; os produtos de origem animal: carnes, laticínios, peles e couros, banha.

A temática da indústria apresenta o tipo de produção industrial, com origem no extrativismo vegetal e ou mineral e as indústrias de transformação (têxteis, siderúrgicas, etc.). Destaca, também, a questão da energia e as potencialidades das quedas de água, do carvão e do petróleo.

Finaliza a parte da economia um capítulo sobre o comércio: monopólio de Portugal, no período Colonial, a Abertura dos Portos (1808), comércio externo e interno.

A Geografia regional do Brasil: A divisão regional do Brasil, proposta pelo Conselho Nacional de Geografia, em 1941, e assumida pela obra didática de Aroldo de Azevedo, tem referência também no trabalho elaborado por Delgado de Carvalho. Veja, no quadro (Quadro 2) a seguir, as correspondências:

DELGADO DE CARVALHO		AROLDO DE AZEVEDO	
REGIÃO	ESTADOS E TERRITÓRIOS	REGIÃO	ESTADOS E TERRITÓRIOS
Brasil Setentrional ou Amazônico	Pará, Amazonas e Território do Acre	Norte	Amazonas, Pará e Territórios do Acre, Rondônia, Rio Branco e Amapá
Brasil Norte-Ocidental	Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba e Pernambuco	Nordeste Ocidental Nordeste Oriental	Maranhão e Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco e o Território de Fernando de Noronha
Brasil Oriental	Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal	Leste Setentrional Leste Meridional	Sergipe e Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal

Brasil Meridional	São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Sul	São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
Brasil Central	Mato Grosso e Goyaz	Centro-Oeste	Mato Grosso e Goiás

Quadro 2: Regionalizações de Delgado de Carvalho e de Aroldo de Azevedo

Fonte: Obras didáticas de D. Carvalho e A. Azevedo. Elaboração do autor.

O conceito de região natural complexa é o elemento definidor do ponto de vista geográfico para a divisão territorial, proposta pelos dois autores. As regiões naturais são unidades espaciais individualizadas pela natureza do solo, da topografia, do clima, da vegetação e da fauna. As divisões regionais adotadas por esses manuais didáticos resultam da interlocução entre os elementos naturais e humanos, ou seja, da interação das regiões naturais com os fatores econômicos, políticos e culturais.

A Geografia do Brasil do 1º e 2º graus

No período de vigência da Lei n. 5.692/71, é quando ocorre a política de implantação dos Estudos Sociais no ensino de 1º grau, fato que também contribuiu para a condensação dos conteúdos relacionados com as disciplinas de História e de Geografia.

Na proposta de conteúdo de Geografia no que se refere à Geografia do Brasil Geral e Regional, constata-se uma continuidade do estudo da terra, do homem e da economia. No entanto, muda a qualidade de apresentação dos textos e das proposições de atividades. Os autores dos livros didáticos buscam elaborar um texto mais direto e simplificado e, em alguns casos, são também mais superficiais. Outra mudança está na forma do trabalho escolar. Passam a ser utilizadas técnicas de estudos dirigidos e ou exercícios apresentados em cadernos (descartáveis) para uso dos alunos e a oferta de livros didáticos acontece com maior diversidade de títulos, autores e editoras. Alguns dos autores: Celso Antunes, Igor Antonio Gomes Moreira, Elian Alabi Lucci, Zoraide Victorello Beltrand, Julierme Abreu de Castro, David Marcio Santos Rodrigues, Guiomar Goulart de Azevedo/ Fabiano Marques dos Santos, Melhem Adas. Algumas Editoras: IBEP, Ática, Saraiva, Moderna.

Neste segundo momento da periodização proposta, o Brasil continua sendo estudado com um enfoque descritivo e informativo, porém, com uma qualidade talvez empobrecida se comparada ao período anterior, no qual predominou o uso dos manuais didáticos de Aroldo de Azevedo.

O programa de Geografia para a quinta série apresenta, na primeira parte, o conteúdo sobre o Universo (planetas,...), orientação, localização espacial e alguns elementos de Cartografia. Na segunda parte, a Geografia Geral do Brasil é tratada com enfoque no quadro natural – relevo, clima, vegetação e hidrografia, e no quadro humano, com a descrição da população, formação do território das cidades, agricultura e pecuária, indústria e comércio, transportes e comunicações.

Para a sexta série, a proposta é estudar as regiões brasileiras, definidas pelo IBGE. O modelo geográfico de estudo segue o mesmo esquema, primeiro o quadro natural, seguido do quadro humano. Na sétima série, quando do estudo da América, o Brasil é incluído no conteúdo como um dos países formadores do continente ou como parte de temas definidos para estudo. Quer dizer, nesta série não é proposto um estudo específico do Brasil. Na oitava série tem continuidade o estudo dos continentes, Europa, África e Oceania, sem haver menção ao Brasil.

Na década de 1990 não há mudanças ou rupturas no modelo de análise geográfica. Tivemos, no entanto, em alguns manuais didáticos, a apresentação de um texto com conteúdo não apenas informativo, mas também interpretativo do movimento socioespacial. Um texto mais próximo do Brasil real e cujos temas evidenciavam, também, os conflitos e as contradições sociais, conforme indicação de Adas (1984), na apresentação de um dos seus livros didáticos

[...] tivemos a preocupação de fazer uma abordagem crítica do nosso país. Acreditamos que, com essa postura, estaremos melhor preparando o aluno para que contribua e participe na construção de um Brasil melhor. (p.3)

Nos estudos temáticos, na escala de Brasil, são evidenciados problemas ou indicadores sociais ou socioambientais; é então analisado o crescimento urbano e os problemas daí decorrentes, tais como: o desemprego, a violência, a falta de infraestrutura etc. Palavras como subdesenvolvimento e periferia, dentre outras, passaram a fazer parte do vocabulário didático. Novos temas representativos da realidade socioespacial ou socioambiental são incluídos nos programas de ensino, explicitados por meio dos livros didáticos.

A Geografia desenvolvida no 2º grau também não apresenta, num primeiro momento, mudanças paradigmáticas. Nesse período, o livro didático Geografia Geral e do Brasil, de autoria de Igor Moreira (1987), publicado pela Editora Ática é amplamente utilizado e por isso pode ser tomado como uma amostra emblemática das publicações didáticas daquele momento.

Na obra citada o autor Igor Moreira, mantém-se fiel ao modelo a terra, o homem e a economia, mesmo não se utilizando diretamente dessas palavras-chave. Assume as concepções de objeto e método da Geografia Clássica e define a Geografia Física como “o estudo explicativo do espaço natural” e a Geografia Humana como “o estudo explicativo do espaço elaborado pelo homem”. Ressalta, ainda, o caráter didático dessa divisão, considerando que os espaços já não são “puramente naturais”. Reforça, no entanto, a idéia do estudo do Físico, “como suporte, como recurso indispensável para que a Geografia Humana explique a organização (utilização) do espaço e sua repercussão na paisagem” (MOREIRA, 1987, p. 11).

O estudo do “espaço natural” é apresentado em dois momentos: sobre os fatores naturais – clima, relevo, solo, hidrografia, vegetação, fauna e estrutura geológica; e sobre as grandes paisagens naturais – regiões tropicais, desertos e semidesertos, regiões temperadas, zonas polares e as áreas de altas montanhas.

Sobre clima, o estudo é informativo, focando as definições de tempo e clima, os elementos do clima (temperatura, vento e chuva), os fatores climáticos em relação às latitudes e altitudes e as dinâmicas das massas de ar, finalizando com os tipos de climas, considerando a classificação de Köppen.

O relevo e o solo são referidos quanto à dinâmica de formação relacionada aos fatores internos (tectonismo) e aos fatores externos, promovidos pelos agentes de destruição, transporte e sedimentação de materiais (rios, chuvas, geleiras, ventos, mares,...). Ainda, conceitua os tipos de relevo e de solos. Associado aos fatores climáticos, de relevo e solo, apresenta as formações vegetais de florestas e de campos.

Na parte seguinte é apresentado o conteúdo referente às paisagens naturais ou as regiões naturais. As regiões tropicais, entre os trópicos, são as áreas onde se desenvolvem florestas equatoriais e tropicais, e as savanas. No Brasil, a Hiléia Amazônica e a Mata Atlântica, os Cerrados e as Caatingas constituem manifestações dessas paisagens. Os desertos e semidesertos são zonas caracterizadas pela escassez de água. O autor chega a apresentar uma referência ao semi-árido nordestino sem, no entanto, afirmar de que se trata desse tipo de região natural. Da mesma forma, o autor destaca que não são próprias do espaço brasileiro as zonas polares e as áreas de altas montanhas, citadas na parte de Geografia Geral do manual didático em questão.

Já as regiões temperadas, de latitudes médias, entre os trópicos e os círculos polares são os lugares onde estão as florestas de folhas caducas, os campos temperados (Pampa Platino) e as florestas de coníferas, nas quais inclui as formações de araucárias existentes no Planalto Meridional do Brasil.

Na seqüência, o livro de Moreira, apresenta as Unidades de Estudo, focando a população, o espaço agrário, industrial e urbano. Nas Unidades inclui a Geografia Geral e, também, informações sobre o Brasil. Por fim, apresenta uma Unidade específica sobre o espaço brasileiro.

Na Unidade sobre a população consta, num primeiro momento, uma visão geral sobre a organização social e econômica dos sistemas socioeconômicos (capitalismo e socialismo) e sobre a divisão regional em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, conceituando também países de primeiro, segundo e terceiro mundo. Os capítulos seguintes incluem conteúdos sobre a demografia mundial e do Brasil: distribuição, crescimento, estrutura e movimentos migratórios.

O estudo do espaço agrário apresenta, num primeiro momento, alguns elementos gerais e conceituais dessa especificidade da Geografia, como as atividades agrárias e os fatores naturais, as formas de organização e transformação espacial, incluindo os sistemas de uso da terra, os tipos de cultivo e a estrutura fundiária. Os elementos gerais e conceituais são trabalhados num capítulo seguinte, relacionados à agropecuária no Brasil. O tema do extrativismo e da pesca no Brasil finaliza essa parte do estudo.

No livro é trabalhada a associação dos temas indústria e urbanização, enquanto processo incluído no contexto pós-Revolução Industrial. Sobre a indústria, são apresentados os conceitos relacionados aos tipos industriais de bens não-duráveis, duráveis e de capital; os fatores de localização industrial, tais como: energia, matéria-prima, transportes, mão-de-obra, capital e mercado. Segue-se uma visão geral da indústria e da urbanização no mundo desenvolvido e subdesenvolvido.

Sobre a indústria no Brasil, o conteúdo proposto apresenta informações sobre os recursos minerais e as fontes de energia, a localização e os tipos de produção industrial. Quanto ao urbano, utiliza a conceituação sobre as funções urbanas, rede e hierarquia urbana, o crescimento e alguns problemas urbanos. Inclui ainda, conteúdo sobre os transportes e as atividades de comércio.

No livro referido, a Unidade sobre o espaço brasileiro assume as características de Geografia Regional, focando os aspectos físicos e humanos do Brasil e das regiões brasileiras.

Nas décadas de 1980 e 1990, a Geografia no 2º grau apresentou algumas mudanças qualitativas a partir do movimento da ciência geográfica, identificado como Geografia Crítica. Alguns autores, como José Wiliam Vesentini, Melhen Adas, Diamantino Pereira, Douglas Santos e Marcos Carvalho, empenharam-se na produção de manuais

didáticos que incluíssem as novas concepções e temáticas da Geografia voltada para a ruptura com o caráter descritivo e informativo deste conteúdo escolar. O resultado é um texto didático, com mais informações e qualidade de análise, em relação à produção didática do período anterior, um texto mais problematizador e identificado com as dimensões socioespaciais da realidade brasileira e mundial. Conceitos tais como desenvolvimento e subdesenvolvimento, em vias de desenvolvimento, subdesenvolvido e industrializado passam a integrar os materiais didáticos.

Os novos manuais didáticos conservam, ainda, algumas características da Geografia Clássica, ao mesmo tempo em que buscam renovar métodos e conceitos e ou apresentar uma reorganização ou reordenação das temáticas. É o caso, por exemplo, da produção didática de José William Vesentini, cujos manuais para o 2º grau, publicados em primeira edição na década de 1980, apresentam os capítulos sobre as paisagens naturais, não como a primeira parte, e sim, após os estudos da formação do território e da população ou, ainda, da economia. O autor argumenta que “não se trata de uma simples inversão, mas de uma nova maneira de encarar a natureza, que passa a ser estudada enquanto recurso para o homem, como elemento da dinâmica social” (VESENTINI, 1996, p. 3). A intenção da elaboração busca também romper com a ideia de descrição da base física como suporte ou palco da paisagem humana.

No estudo da natureza as publicações influenciadas pela Geografia Crítica apresentam continuidades e mudanças. Mudanças aparecem, por exemplo, no estudo do clima. A classificação de Köppen é questionada e considerada tradicional. É adotada a climatologia dinâmica, com a classificação de Strahler, produzindo uma leitura diferenciada dos climas no Brasil.

Outra mudança importante, assumida pelos novos manuais, é a de uma leitura integrada da natureza, a partir da definição dos domínios morfoclimáticos, elaborada por Aziz Ab’Saber (2003). No caso do Brasil, são estudados os domínios: Amazônico, Cerrado, Mares de Morro, Caatinga, Araucárias e Pradarias, além das faixas de transição.

A natureza, associada às temáticas socioespaciais, representa uma qualificação do estudo do tema. No entanto, oportuniza também alguns questionamentos ainda hoje não totalmente resolvidos: é o caso do viés ecologista das questões ambientais, sempre associadas ao ambiente natural, quando o mais coerente está em assumir a transversalidade do tema em todos os conteúdos geográficos. Aliás, cabe indagar: por que a palavra “ambiental” aparece sempre associada aos capítulos ou

unidades temáticas relacionadas à natureza e não nas demais temáticas relacionadas às dinâmicas sociais.

Sobre a (re)organização das demais temáticas, incluídas nos manuais didáticos do 2º grau, é necessário observar que não há mais um modelo único, como aquele apresentado pela Geografia Clássica. Cada autor organiza o conteúdo numa sequência, e com denominações por ele entendidas como mais adequadas. Um exemplo que evidencia essa reorganização temática pode ser encontrado no livro didático Geografia Ciência do Espaço: o espaço brasileiro (PEREIRA, SANTOS e CARVALHO, 1994). Nessa publicação o conteúdo da Geografia do Brasil é apresentado como espaço da produção, espaço da circulação e como espaço das ideias.

Na unidade sobre o espaço da produção o estudo abrange as temáticas da indústria, da agricultura, da natureza enquanto fonte de energia e matérias primas, da ciência e tecnologia, e ainda, das relações e conflitos sociais incluídos naquele contexto. Na unidade sobre o espaço da circulação o estudo é sobre os fluxos das mercadorias e capitais materializados nas temáticas dos transportes, da urbanização e nos fluxos ou dinâmicas demográficas.

Finalmente, na unidade sobre o espaço das ideias o conteúdo trata das questões culturais e políticas, relacionando a identidade nacional com o território. Para isso, o estudo inclui a natureza e os processos de formação/ocupação do território e as especificidades regionais e de integração nacional.

A Geografia do Brasil no ensino fundamental e médio

A nova Lei da educação nacional, LDBEN 9394/96, institui a Educação Básica compreendendo os níveis do ensino fundamental, agora de nove anos, e do ensino médio com o mínimo de três anos de duração. O artigo 22 da Lei determina que: “A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Para o desenvolvimento do conteúdo-forma desses níveis de ensino foram elaborados textos oficiais de orientação ou parâmetros curriculares válidos para todo o território nacional. Para a Geografia dos anos finais do ensino fundamental o referido texto foi publicado em 1998 pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação. Consta dos objetivos gerais deste nível de ensino, a caracterização geral, os

objetivos da área e especificação dos ciclos e ou séries, contemplando objetivos, conteúdos, critérios de avaliação e orientações didáticas. Ainda, a interação da Geografia com os temas transversais, definidos enquanto espaços didáticos para a interdisciplinaridade.

Para o ensino médio coloca-se a finalidade de proporcionar ao educando formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico, da preparação para o mundo do trabalho, bem como a apropriação das competências necessárias para a continuidade do seu aprendizado.

Os documentos referência para essa nova proposição curricular do ensino médio foram publicados em 1999, 2002 e 2006, respectivamente, pelas Secretarias de Educação Média e Tecnológica e Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Eles propõem a definição de conceitos estruturantes da Geografia, a definição de competências para a formação científica e cidadã e a organização curricular a partir de eixos temáticos, temas e sub-temas.

Na leitura dos parâmetros e orientações curriculares nacionais para toda a Educação Básica constatam-se amplas possibilidades para a renovação didática da Geografia Escolar. As editoras de livros didáticos fazem essa leitura e trabalham no sentido de tornar este recurso de ensino-aprendizagem o principal vetor de implantação das novas bases curriculares. É também deste período ou contexto a implantação dos programas oficiais de distribuição de livros didáticos: Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, para o ensino fundamental, edições de 2005, 2008 e 2011 e a extensão para o ensino médio, nas edições de 2009 e 2012.

Os livros didáticos produzidos e publicados no período pós-Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam importantes mudanças qualitativas, tanto no padrão gráfico, quanto no conteúdo e na forma das atividades de sala de aula. As referências teóricas e metodológicas dos textos oficiais são interpretadas e reproduzidas nas publicações destinadas aos alunos e nos respectivos conjuntos de orientações para uso dos professores. Os livros didáticos e os materiais de orientação apresentam indicativos de rupturas significativas com a Geografia Tradicional e, ao mesmo tempo, consideram algumas continuidades em relação ao que já vinha sendo construído com a perspectiva da Geografia Crítica. Ou seja, se constatam permanências ainda próprias de conteúdos programáticos informativos e pré-estabelecidos.

Não é objeto neste momento realizar uma avaliação particularizada das coleções didáticas indicadas por meio dos guias organizados nas diversas edições do

Programa Nacional do Livro Didático. O que se pretende é identificar as tendências predominantes ou as escolhas de conteúdo-forma para o ensino da Geografia do Brasil.

Para o ensino fundamental, coerentemente com o texto referência dos PCNs, a maioria dos manuais didáticos define para o sexto ano o conteúdo que compreende uma introdução geral dos conceitos e linguagens geográficas e cartográficas; para o sétimo ano, o estudo da Geografia do Brasil Geral e Regional; para os oitavo e nono anos, o estudo de temáticas gerais em escala mundial, macro-regional e continental. Ou seja, mantém-se a mesma distribuição de conteúdos já praticados no ensino de 1º grau, anterior à edição dos PCNs.

Sobre o estudo do Brasil (7º ano) predominam nos livros didáticos a parte de Geografia Geral do Brasil, focando conteúdos sobre natureza, população, espaço agrário, espaço urbano-industrial e circulação. E, na segunda parte o estudo das regiões brasileiras: Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, tal como são definidas pelo IBGE; ou as três regiões geoeconômicas: Nordeste, Centro-Sul e Amazônica, conforme proposição de Geiger (1966), publicada no Atlas Nacional do Brasil (IBGE/CNG).

O que muda em relação aos períodos anteriores quanto aos conteúdos sobre o Brasil são as formas de apresentação ou de (re)organização temática e de um texto mais sintonizado com a análise socioespacial da realidade brasileira. Além disso, a melhor qualidade das ilustrações, das formas gráficas e cartográficas de representação de informações.

As mudanças na forma e no conteúdo dos manuais didáticos implicam, também, em novas concepções metodológicas do ensinar e aprender. Os alunos e professores são instigados a participar na elaboração do conhecimento e a assumir concepções socioconstrutivistas, valorizando o saber do aluno e concebendo o professor enquanto sujeito mediador das aprendizagens. Se as inovações didáticas de fato acontecem no cotidiano das escolas é um ponto em aberto a ser avaliado o que não está sendo objeto do presente texto.

Ainda, na perspectiva de instigar novas práticas didáticas, acompanham os capítulos e ou unidades temáticas dos livros, sugestões de atividades que incluem o uso de diferentes linguagens e recursos, tais como: texto escrito, gráficos e mapas, imagens e sons; indicações de fontes de estudo (livros, periódicos, sites, filmes,...) e sugestões para a realização de atividades com o uso das tecnologias de informação e comunicação.

Para o ensino médio as coleções didáticas selecionadas (PNLEM, 2009 e PNLD, 2012) também expressam tendências de renovação e permanências do conteúdo-forma da Geografia Escolar observadas no nível fundamental. Assim, a Geografia, que

fundamenta os conteúdos veiculados nos livros didáticos, busca sintonia com o paradigma da ciência renovada e atual. Com algumas diferenças de enfoque ou de foco, todos os livros ressaltam o saber crítico e a atenção para os níveis escalares do local ao global, para a busca da superação da dualidade natureza e sociedade e para contemplar a atualidade das informações geográficas.

O espaço geográfico é assumido como o conceito amplo e articulador do estudo. Os conceitos de paisagem, lugar, região, território, natureza, redes e globalização fundamentam a análise geográfica relacionada aos conteúdos escolares. À dimensão histórica de formação ou o processo de transformação dos espaços naturais e ou sociais é incluída nas propostas curriculares.

Nos livros didáticos ou nos livros do professor, adendo que acompanha os exemplares encaminhados às escolas e aos professores pelas editoras, não é explicitada ou assumida uma corrente específica de pensamento geográfico. Neste sentido, está em conformidade com as definições do texto de orientação curricular, referência para o ensino médio, no qual há relativa abertura para diferentes posicionamentos científicos. É possível, no entanto, identificar tendências mais acentuadas de uma ou de outra concepção teórica e metodológica.

São utilizadas, por exemplo, categorias identificadas com o marxismo, como é o caso da categoria “trabalho” ou a expressão “segunda natureza”, indicando a natureza transformada ou socializada. Já o conceito de “formação socioespacial” não é explicitado como referencial metodológico, mas é citado quando o conteúdo trata da formação, do processo ou da dimensão histórica do espaço geográfico.

As interpretações geográficas, fundamentadas na fenomenologia, estão presentes pela ênfase colocada no estudo dos lugares, das formas culturais relacionadas ao conceito de paisagem.

Ou ainda, o enfoque socioambiental relacionando o conceito de geossistema quando está referido com a dinâmica da natureza ou a dinâmica de intervenção humana sobre o meio natural. A natureza é estudada relacionando aos conceitos de paisagens ou regiões naturais ou aos domínios morfoclimáticos. Em algumas das publicações didáticas são incluídos capítulos específicos sobre as formas geológicas e geomorfológicas, os solos, a hidrografia, os climas e as formações vegetais.

As geografias adjetivadas como cultural, econômica, política ou socioambiental demarcam a organização ou as definições temáticas. A escala mundial é assumida como referência aos estudos. A escala nacional, estudo do Brasil, ocupa uma parte menor do conteúdo proposto e não é priorizada como recorte socioespacial. Em

alguns livros didáticos consta uma Unidade sobre a Geografia do Brasil, em outros, a Geografia do Brasil aparece somente em capítulos específicos derivados dos temas gerais das Unidades. Na Unidade sobre população, por exemplo, há um capítulo sobre a população mundial e outro sobre a população brasileira. É assim, também, com as demais temáticas: agrária, industrial, urbana, redes. Quando as Coleções são apresentadas em três volumes um deles é dedicado ao estudo do Brasil, ou então, o estudo do Brasil é diluído nos três volumes da Coleção representando aproximadamente um terço do conteúdo proposto.

Sobre a seleção e organização temática apresentada pelos livros didáticos, podem ser observadas continuidades e rupturas. Algumas publicações apresentam sintonia com o roteiro temático mais clássico da Geografia: natureza, população, economia e circulação, tanto na parte sobre o Brasil, quanto em escala continental ou mundial. Outras, no entanto, apresentam temáticas identificadas com a atualidade das sociedades globalizadas: conflitos geopolíticos, conflitos ou problemas sociais e ou socioambientais, migrações e ou questões étnicas, desenvolvimento tecnológico, globalização da produção, do consumo e da informação.

Assim como nas Coleções destinadas para o ensino fundamental, também nas publicações elaboradas para o ensino médio propõem-se o uso de materiais e fontes diversificadas, tais como: textos complementares, literatura, atlas escolares, imagem e som. O meio geográfico é indicado como possibilidade desde trabalhos de campo. As tecnologias de informação e comunicação também estão incluídas nas sugestões apresentadas no final dos capítulos e ou unidades temáticas.

Considerações finais

A Geografia Escolar e particularmente o ensino da Geografia do Brasil acompanha a formação do pensamento geográfico brasileiro desde o início do século XX. Neste texto, está explicitada uma proposta de periodização desse percurso. A leitura dos livros didáticos permitiu identificar nas práticas de ensino da disciplina, a consolidação do paradigma de análise geográfica definido no estudo da terra do homem e da economia. E, em momentos posteriores, identificar as mudanças instigadas pela renovação da didática e pela renovação teórica e metodológica da Geografia.

No primeiro período, a referência são as obras didáticas de Delgado de Carvalho e de Aroldo de Azevedo por meio das quais os estudantes apreendem sobre os

elementos geográficos da natureza e do quadro humano descritos nas temáticas e regionalizações clássicas da ciência. É destacada, ainda, a finalidade da Geografia Escolar em contribuir na identidade das pessoas com o território da Pátria, mesmo que concebida com a Pátria ideal e não real.

O paradigma da Terra e do Homem, coerente com as práticas de ensino também fundamentadas nas concepções da pedagogia tradicional de repasse de conteúdos, tem continuidade no período seguinte que é identificado a partir da instituição dos níveis de ensino de 1º e 2º graus, em 1971. Mudanças que podem ser consideradas significativas são constatadas após os anos de 1980, instigadas tanto na análise geográfica quanto na didática desenvolvida pela disciplina escolar, a partir do debate oportunizado pelas correntes de pensamento da Geografia Crítica.

No terceiro período a elaboração, distribuição e uso dos livros didáticos passam pelas definições referenciadas nos textos oficiais de definições curriculares e nos critérios estabelecidos no Programa Nacional do Livro Didático para o ensino fundamental e para o ensino médio.

As mudanças e continuidades também são realidades nesse período. O mercado editorial didático apresenta um dinamismo que vai refletir a qualidade gráfica dos materiais e a diversidade de informações atualizadas a cada nova edição. Ainda, e talvez mais significativo, seja a formatação hipertextual dos manuais didáticos com a inclusão de textos complementares e explicativos, mapas, gráficos e imagens, indicações de fontes virtuais para pesquisas, proposições de atividades para os alunos e de orientações ou sugestões para os professores anexadas em suplementos específicos.

Paralelo às inovações quanto à forma, no que se refere ao conteúdo dos manuais há continuidade do ensino da Geografia do Brasil priorizada no 7º ano do ensino fundamental e com presença ainda restrita no ensino médio. Nos 8º e 9º anos, mantém-se o estudo dos espaços continentais e no ensino médio são priorizados estudos de temáticas com enfoque escalar do local ao global. O Brasil continua sendo pouco estudado e sem inovações que signifiquem de fato rupturas quanto ao método de análise geográfica.

No ensino marcado pelo paradigma de a Terra e o Homem o conteúdo-forma da Geografia do Brasil apresentava sintonia com a finalidade de formação patriótica dos sujeitos. No segundo período há questionamento dessas certezas, quando das reflexões provocadas pelo advento da Geografia Crítica. No período atual, a questão da identidade com o território da Pátria não se coloca como prioridade para os interesses hegemônicos do capitalismo internacionalizado ou globalizado. À Geografia Escolar cabe agora

contribuir na formação do consenso necessário para a livre circulação de produtos, capitais e informações em escala mundial.

O desafio à efetiva renovação da Geografia para (re)conquistar significado na Educação Básica pode ser o de ampliar os espaços de estudo sobre o Brasil. É necessário praticar em quantidade e qualidade o ensino da Geografia do Brasil que capacite os sujeitos para conhecer e interpretar o território nacional, compreender a realidade socioespacial brasileira, estudando o Brasil real e conectando os brasileiros com a construção da Pátria de todos. Esse pode ser o tema para continuar as reflexões aqui postas sobre a Geografia Escolar do Brasil.

Referências bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ADAS, Melhem. **Geografia:** aspectos humanos e naturais da Geografia do Brasil. São Paulo: Moderna, 1984.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. **A Geografia do Brasil na Educação Básica.** Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

AZEVEDO Aroldo. **Geografia do Brasil:** terceira série ginasial – A Terra. O Homem. A Economia. 28 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia. Brasília: 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ciências humanas e suas tecnologias: orientações curriculares para o ensino médio. Brasília: 2006, v. 3.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. Guia de livros didáticos 2005: geografia. Brasília: 2004, v. 6.

_____. Ministério da Educação. Guia de livros didáticos PNLD 2008: Geografia. Brasília: 2007. (Anos Finais do Ensino Fundamental)

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Geografia: catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2009. Brasília: 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Geografia: catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2009. Brasília: 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Guia de Livros Didáticos: PNLD 2011: Geografia. Brasília: 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Geografia. – Brasília: 2011.

Azambuja, L. D. de

CARVALHO Delgado de. **Geografia do Brasil:** livro adaptado no Colégio Pedro II. 9 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1938.

GEIGER, Pedro Pinchas. Organização regional da Economia. In: GEIGER, Pedro Pinchas. **Atlas Nacional do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1966.

MOREIRA, Igor. **O espaço geográfico:** geografia geral e do Brasil, 24 ed. São Paulo: Ática, 1987.

PEREIRA, Diamantino; SANTOS, Douglas; CARVALHO, Marcos. Geografia. **Ciência da Sociedade:** o espaço brasileiro. 2ed. São Paulo: Atual, 1994.

SANTOS, Wilson dos. **A obra de Aroldo de Azevedo:** uma avaliação. 1984. 94f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1984.

VESENTINI, José W. **Sociedade e Espaço:** geografia geral e do Brasil. 33 ed. São Paulo: Ática, 1996.

Recebido em 04 de agosto de 2014.

Aceito para publicação em 22 de novembro de 2014.